

Lei do ICMS do Rio de Janeiro

Resolução nº. 2.448 de 1994

RESOLUÇÃO N.º 2.448 DE 16 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre os procedimentos relativos à concessão de incentivo fiscal para realização de projetos culturais a que se referem a Lei n.º 1954, de 26 de janeiro de 1992, e o Decreto n.º 20074, de 15 de junho de 1994.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 16 do Decreto n.º 20074, de 15 de junho de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º - A concessão de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais a que se referem a Lei n.º 1954, de 26 de janeiro de 1992, e o Decreto n.º 20074, de 15 de junho de 1994, obedecerá ao disposto nesta resolução.

Art. 2º - O incentivo fiscal será requerido à repartição fiscal de jurisdição do estabelecimento principal da empresa doadora ou patrocinadora.

Art. 3º - O requerimento deve conter:

- I - certificado de aprovação do projeto, emitido pela Secretaria de Estado de Cultura;
- II - valor da doação ou patrocínio;
- III - Identificação do contribuinte beneficiário;
- IV - Identificação do beneficiário;
- V - autorização expressa do autor da obra;
- VI - especificação da área cultural beneficiada; e
- VII - declaração de que o incentivo fiscal pleiteado será proporcional à doação ou contribuição, não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do seu valor.

Art. 4 - O incentivo fiscal só pode ser concedido, pelo Estado, a empresa que esteja em dia com suas obrigações tributárias.

Art. 5º - Estando o beneficiário em débito com o Estado, o pedido será indeferido de plano pelo titular da repartição fiscal.

Parágrafo único - Do indeferimento cabe pedido de reconsideração ao Superintendente Estadual de Fiscalização.

Art. 6º - Caso sejam apresentados todos os documentos exigidos e estando o contribuinte em dia com suas obrigações tributárias, o processo será encaminhado no prazo de 10(dias), à Superintendência Estadual de Fiscalização, que após parecer e anotações o remeterá ao Gabinete do Secretário de Estado de Economia e Finanças.

Art. 7 - Cabe ao Secretário de Estado de Economia e Finanças deferir, ou não, o aproveitamento do incentivo fiscal.

Parágrafo único - Do despacho do Secretário de Estado de Economia e Finanças não cabe recurso.

Lei do ICMS do Rio de Janeiro

Resolução nº. 2.448 de 1994

Art. 8º - Após o despacho do Secretário de Estado de Economia e Finanças, a decisão, com o nome das partes e o objeto será publicada no Diário Oficial para acompanhamento público.

Art. 9º - Em seguida o processo será encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura para a ciência e anotações cabíveis com posterior remessa à repartição fiscal da jurisdição do contribuinte beneficiado.

Art. 10 - A repartição fiscal cientificará o contribuinte da concessão do benefício, aguardará a apresentação da documentação relativa à transferência de recursos e acompanhará a situação fiscal do contribuinte e a aplicação do incentivo até sua extinção.

Art. 11 - O início da escrituração e aproveitamento do incentivo fiscal ocorrerá no período seguinte ao segundo mês subsequente à data da realização do pagamento dos recursos empregados no projeto cultural.

Parágrafo único - Na hipótese de transferência parcelada de recursos, aplica-se o prazo previsto neste artigo, para cada uma das parcelas.

Art. 12 - O valor do incentivo fiscal será lançado no campo "Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS.

Art. 13 - No caso de incentivo fiscal parcelado, o contribuinte deve apresentar, até o dia 20 de cada mês, à repartição fiscal, cópiado comprovante da parcela do recurso destinado ao projeto cultural, para ser anexada aos autos do processo de concessão do benefício.

Art. 14 - Ao término do projeto cultural, o produtor apresentará à repartição fiscal da jurisdição, em duas vias, detalhada prestação de contas dos recursos recebidos e dispêndidos, através de balancete contábil, comprovação por faturas, notas fiscais ou recibos de cada pagamento efetuado e demonstrativo de receitas vindas dos responsáveis por doações e patrocínios.

Art. 15 - Cabe à repartição fiscal acompanhar e fiscalizar o aproveitamento do incentivo fiscal, examinar a prestação de contas referida no artigo anterior e aplicar multa, quando observadas infrações às determinações legais, inclusive quando:

I - sejam beneficiárias a parte patrocinadora ou produtora, seus sócios ou dirigentes e suas coligadas ou controladas, a qualquer título;

II - sejam beneficiários ascendentes e descendentes em primeiro grau, bem como cônjuges ou companheiros dos sócios ou dirigentes;

III - não forem observados os limites estabelecidos nos §§ 3º e 4º do artigo 1º do Decreto nº. 20.074, de 15 de junho de 1994.

Art. 16 - O exame e aprovação da prestação de contas pela Secretaria de Estado de Economia e Finanças serão encaminhados à Secretaria de Estado de Cultura.

Art. 17 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1994.

CIBILIS VIANA
Secretaria de Estado de Economia e Finanças